

Considerações finais

Heber Ricardo da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, HR. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 240 p. ISBN 978-85-7983-012-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro apresentou reflexões sobre as concepções de democracia emitidas pelos grandes diários liberais brasileiros no período marcado por uma dupla transição, tanto política, balizada pelo enfraquecimento da estrutura estadonovista e pelo despontar da democratização nacional, quanto jornalística, marcada pelos passos iniciais da imprensa em direção ao modelo empresarial. Tratou dos posicionamentos da imprensa acerca do processo de democratização nacional, ocorrido a partir do início de 1945, e da cassação do PCB, ocorrida em maio de 1947, e de seus mandatos, em janeiro de 1948, atos que macularam os princípios democráticos defendidos pelas folhas pesquisadas. Objetivou, ainda, historiar as transformações técnicas, organizacionais e profissionais vivenciadas pelo campo jornalístico brasileiro, sobretudo a partir de meados da década de 1940, tendo como foco seis grandes diários liberais: os paulistas *OESP*, *DSP* e *FM*, e os cariocas *CM*, *JB* e *OG*.

É possível afirmar que as transformações verificadas na imprensa brasileira não aconteceram de forma isolada ou abrupta, mas fizeram parte de um intenso processo de transformação, que ocorreu à medida que os profissionais da imprensa observavam, coletivamente, as modificações pelas quais passavam seus concorrentes. Diferentemente do sinalizado na bibliografia mais recente

ocupada com o tema, podemos concluir que a influência do jornalismo norte-americano sobre a imprensa brasileira não se deu somente a partir da década de 1950, mas esteve em curso desde o final do século XIX, quando alguns jornalistas brasileiros começaram a ter contato com o jornalismo dos Estados Unidos. Tal processo se acentuou a partir da década de 1940, sobretudo durante a sua segunda metade, período em que o uso e tratamento mais constante dos conteúdos jornalísticos produzidos pelas agências de notícias norte-americanas, por jornalistas brasileiros, contribuíram para que diários nacionais passassem, pouco a pouco, a pautar-se pela objetividade e racionalização do trabalho jornalístico. Nessa ocasião, diversos profissionais do jornalismo brasileiro iam aos Estados Unidos e retornavam motivados a implantar novas experiências e técnicas jornalísticas daquele país em suas folhas, sobretudo quanto à paginação, distribuição de matérias, modelo administrativo e organizacional e estrutura comercial. Os dois primeiros aspectos influenciaram até a produção do *Diário Oficial da União*.

Ademais, podemos dizer que a regulamentação e o reconhecimento governamental da atividade jornalística estimularam a valorização e a profissionalização do jornalismo. Durante o governo Vargas, os jornais e profissionais da imprensa passaram a contar com um conjunto de leis que ofereceu um caráter profissional e organizacional à atividade. Por meio de decretos, Vargas instituiu o estatuto das universidades brasileiras, regulou o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior na esfera pública ou privada, tentou promover a criação de escolas de preparação ao jornalismo, autorizou o funcionamento do curso superior de jornalismo, definiu níveis salariais aos profissionais da imprensa baseados em suas funções e regiões do país, definiu o salário mínimo dos profissionais da imprensa e reconheceu o trabalho jornalístico como intelectual. Entretanto, o objetivo de Vargas não era simplesmente favorecer os profissionais da imprensa com legislação específica, mas, por meio desse expediente, conquistar o apoio, para seus projetos políticos, das categorias de profissionais envolvidos com a produção jornalística. Além disso, Vargas, durante o Estado Novo,

utilizou-se de outras táticas para manter seu poder de influência sobre a imprensa, notadamente sobre os jornais. Pela concessão de publicidade estatal, distribuição de cotas de papel e empréstimos oficiais favorecidos, o ditador conquistou o apoio de parte significativa dos proprietários e dirigentes dos jornais. Pela concessão de benefícios profissionais aos trabalhadores da imprensa e pela cooptação dos proprietários de empresas de comunicação social, além da ação do DIP, Getúlio Vargas conseguia manter o controle sobre os dois polos fundamentais da produção jornalística. Aos jornais que não se submetessem às determinações oficiais autoritárias e ao esquema de cooptação estadonovista, restavam perseguições e intervenções, como foi o caso de *OESP*.

A proximidade do governo federal com os proprietários de jornais se manteria durante o início do governo Dutra. Com o intuito de conquistar o apoio da imprensa a seus projetos políticos, o presidente logo tratou de conceder benefícios políticos e econômicos aos proprietários de jornais, oferecendo importantes cargos a pessoas ligadas a alguns empresários da comunicação social e beneficiando os interesses empresariais do setor ao vetar o projeto de lei de autoria de Café Filho que, aprovado pelo Congresso Nacional, determinava aumentos salariais e benefícios trabalhistas aos profissionais da imprensa. Tais relações explicitavam que, mesmo na retomada da vida política democrática, os proprietários dos grandes jornais deixavam de lado ou minoravam a importância de conquistar ou ampliar a autonomia da imprensa em relação ao poder político ou governos constituídos, ficando sujeitos às diretrizes e imposições governamentais. Dos seis grandes jornais analisados, apenas *OESP* e *CM* empenhavam-se em exercitar aquela autonomia, devido, em certa medida, à proximidade de ambos às ideias e propostas da UDN.

Todos os seis jornais analisados declaravam-se democratas, liberais, defensores da liberdade de expressão e imprensa, porém anticomunistas; e, apesar de suas relações com o governo Dutra, publicaram diferentes posicionamentos sobre a retomada da democracia parlamentar representativa e a cassação da legenda e dos

mandatos comunistas. Os diários *OG*, *JB* e *DSP* acreditavam que a democracia só seria alcançada com a realização de eleições livres, aprovação de um novo texto constitucional liberal e completa eliminação da ditadura. Entretanto, dada a proximidade com o governo, os três jornais apoiaram as medidas políticas iniciais de Dutra e se conformaram às práticas arbitrárias e cerceadoras encetadas por um governo eleito pelo voto direto e durante a vigência do signo da democratização. Ao se alinhar ao governo, Roberto Marinho, Pereira Carneiro e Assis Chateaubriand mostravam-se preocupados somente com questões empresariais, uma vez que pareciam considerar a dependência de suas empresas ao governo Dutra como a alternativa mais viável para obter fundos que pudessem ser aplicados nas transformações tecnológicas exigidas pelas alterações que ocorriam no campo jornalístico. Assim, ao conquistar importantes benefícios do governo, os jornais *OG*, *DSP* e *JB* não apostaram na autonomia da imprensa como uma vital e importante nota da democracia, mesmo a democracia de cunho liberal, sempre defendida nas páginas daqueles diários.

Os proprietários daqueles três periódicos apostaram na ampliação estrutural e tecnológica do campo jornalístico brasileiro, já que investiram na diversificação de suas atividades comunicacionais, como a edição de revistas e a radiodifusão, sendo esta última um dos móveis que levaram Marinho, Chateaubriand e Pereira Carneiro a manter suas folhas favoráveis a todas as medidas e projetos do governo Dutra, pois as emissoras de rádio no país dependiam de concessão pública do Estado para funcionar e de verbas oficiais para desenvolver-se tecnologicamente. Esse processo à época era muito dispendioso do ponto de vista financeiro, mas, uma vez alcançado, garantia melhores posições das empresas de comunicação no campo jornalístico, o que há muito era perseguido por Chateaubriand e se tornara preocupação de Marinho.

Dentro desse quadro, não espanta o fato de os jornais *OG*, *DSP* e *JB* terem seguido e apoiado fielmente as medidas arbitrárias do governo Dutra contra os comunistas, quer durante a cassação da legenda do PCB e do fechamento da imprensa comunista, quer no

processo de cassação dos mandatos políticos dos representantes eleitos por aquele partido. Para os jornais, os comunistas não tinham direito a expressar legal e democraticamente suas ideias e projetos. Assim, a liberdade de imprensa e expressão defendida pelo liberalismo democrático transformava-se, na produção jornalística das três folhas, sempre prontas a definir-se como democratas e liberais, em meros tipos impressos em suas páginas.

Já os diários *CM* e *OESP* apresentavam concepções políticas próximas entre si e bastante distintas das defendidas pelos jornais de Marinho, Chateaubriand e Pereira Carneiro, quer em relação às medidas iniciais do governo Dutra, quer acerca da cassação do PCB e dos mandatos políticos dos comunistas. Para ambas as folhas, a sobrevivência do regime democrático seria determinada pelo respeito aos princípios constitucionais. Embora se declarassem anti-comunistas, *OESP* e *CM* preconizavam em suas páginas que as medidas oficiais contra os comunistas representavam um ataque à então recém-promulgada Constituição de 1946, uma vez que os atos do governo Dutra feriam o dispositivo constitucional que garantia a livre manifestação de ideias e de posições políticas. Saliavam que nada de explícito ou definitivo havia na Constituição que autorizasse a cassação do PCB. E avaliavam que o processo contra os comunistas não dispunha de provas cabais que pudessem incriminá-los. Ademais, alegavam que o fechamento da imprensa comunista fazia lembrar as arbitrariedades cometidas durante o Estado Novo, e que a Constituição garantia a livre manifestação do pensamento e a liberdade de imprensa; portanto, o governo não tinha o direito de perseguir ou fechar a imprensa comunista.

Se, de um lado, tais posicionamentos de *OESP* e *CM* alinhavam-se aos defendidos pela UDN, de outro, eles expressavam a coerência de ambos na defesa do liberalismo democrático e seu empenho no que se refere à autonomia da imprensa com relação ao poder político, fosse do Estado ou de governos constituídos. O diário carioca e o paulista apresentavam tais posicionamentos pelo fato de seus proprietários – Paulo Bittencourt e Júlio de Mesquita Filho, respectivamente – nutrirem-se, desde sua formação escolar na Euro-

pa, por princípios e propostas calcados no liberalismo democrático e constitucionalista, bem como pelo fato de ambos pouco se interessarem ou se empenharem na conquista de emissoras de rádio, acreditando, talvez, que o caminho para a autonomia política dos jornais estivesse muito mais no jornalismo impresso do que na radiodifusão.

Os jornais *CM* e *OESP* podem ter contribuído de forma mais modesta com as modificações do campo jornalístico do ponto de vista tecnológico e estrutural, quando comparados a seus concorrentes diretos, porém foram responsáveis pelo empenho efetivo para que a liberdade de expressão e de imprensa não fosse totalmente suprimida dentro da nova configuração que se abria ao campo jornalístico e das alterações no campo político. A produção daqueles dois jornais, com notícias e análises das práticas democráticas previstas constitucionalmente e as ações que procuravam desconsiderá-las mostram que democracia não era apenas uma palavra a adornar as páginas de ambos durante o período de 1945 a 1948. Enfim, os jornais de Paulo Bittencourt e Júlio de Mesquita Filho exercitaram, naquele início de democracia parlamentar representativa, um jornalismo com certa autonomia em relação ao poder do Estado e de governos.

Por sua vez, a *FM* ocupou posição intermediária em relação a seus cinco concorrentes diretos, com posições políticas que oscilavam constantemente. A folha de Nabantino apoiou a candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República, mas, quando percebeu que a vitória de Dutra era certa, mudou de opinião e tratou de se aproximar do candidato vitorioso, com vistas a se beneficiar do governo a ser constituído. Além disso, logo no início das discussões acerca da cassação do PCB, o jornal defendeu a existência legal do partido, pois acreditava que os comunistas eram mais nocivos vivendo na ilegalidade. Entretanto, quando o governo passou a intensificar suas ações contra o partido, a folha de Nabantino pôs-se a apoiar as medidas políticas do governo contra o PCB. Ao oscilar em seus posicionamentos ideológicos e apoiar as propostas governamentais, o jornal paulista mostrava-se inseguro em apostar na

autonomia em relação ao poder político, ou mesmo em exercitá-la, preferindo acercar-se dos benefícios que pudessem advir da relação de proximidade com o governo Dutra. Quanto às modificações estruturais e tecnológicas do campo jornalístico brasileiro, Nabantino, à frente das Folhas, contribuiu com a estruturação de um novo modelo jornalístico, calcado na objetividade e visão comercial e empresarial. Um dos traços dessa nova visão jornalística inaugurada por Nabantino foi a criação do Programa de Ações das Folhas em 1948, que conferiu aos jornais do grupo um modelo mais racional e objetivo no que tange à produção jornalística. O documento conferia identidade às Folhas e regulava as atividades profissionais a serem desempenhadas no interior da empresa, além de definir as relações do jornal com o Estado, com a política internacional, com a questão social, com fontes de receita, entre outros. Nabantino foi também responsável pela introdução de técnicas que dinamizaram o processo de produção jornalística e modernizaram as Folhas, as quais passaram a ser reguladas pela racionalização e pelo profissionalismo. Porém, o signo da oscilação parecia acompanhar as decisões do grupo até mesmo com relação às novas configurações do campo jornalístico, pois, embora conquistasse uma emissora de rádio, a empresa deixava de lado, naquele momento, a exclusividade da imprensa impressa, distanciando-se da prática dos proprietários de *OESP* e *CM*, mas não se empenhava amplamente para manter-se nas atividades de radiodifusão, como faziam os donos de *OG*, *DSP* e *JB*.